



Ao Primeiro-Ministro

Ao Ministério da Economia e do Emprego

Ao Ministério da Solidariedade e Segurança Social

A todos os restantes Ministérios

Aos Governos Regionais

Às Autarquias Locais

A todos os Órgãos e Serviços da Administração Pública Central, Local e Regional

A todas as Pessoas Colectivas Públicas e Instituições de Segurança Social e Previdência

A todas as Entidades Empregadoras, independentemente do sector e da natureza jurídica

A todas as Confederações Patronais e Associações Empresariais

A todos os Trabalhadores e Trabalhadoras que trabalham em Portugal

PRÉ-AVISO DE GREVE GERAL

Os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país enfrentam um insustentável nível de desemprego, de insegurança e precariedade, de redução dos rendimentos, de diminuição da protecção social, de aumento do custo de vida e de agravamento das desigualdades sociais.

Depois das medidas gravosas e sucessivos Programas de Estabilidade e Crescimento, o Programa de Assistência Económica e Financeira assinado com a Troika em Maio de 2011, com apoio dos três Partidos com maior representação na Assembleia da República – PSD, CDS e PS - está a originar um ciclo de austeridade, recessão económica, deterioração orçamental e o empobrecimento generalizado dos trabalhadores, dos reformados e das famílias, contribuindo para o acentuar da crise e o aumento da pobreza e exclusão social.

Esta é a política, que deixando incólumes os detentores da riqueza, sobrecarregando com errados e injustos sacrifícios a generalidade da população, desvalorizando o trabalho, desregulando a legislação laboral e desrespeitando os valores do modelo social europeu, nega qualquer perspectiva de repartição justa de sacrifícios. Esta é uma política que precisa de ser mudada, sob pena de agravar, ainda mais, a situação dos trabalhadores e do País.

A proposta de Orçamento de Estado para 2012 é o culminar de políticas inaceitáveis ao prever uma perda brutal do poder de compra das pensões e salários dos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado e, para os trabalhadores do Sector Privado, um aumento e desregulação do horário de trabalho, com o conseqüente aumento do desemprego e da precariedade e a redução dos salários.

A proposta de Orçamento de Estado para 2012 reforça um processo continuado de diminuição das prestações sociais, dos cuidados de saúde assegurados pelo Serviço Nacional de Saúde e do papel fundamental da Educação Pública, assim como de um violento ataque aos Serviços Públicos, nomeadamente na área dos transportes.

Combatemos e combateremos a privatização de empresas estratégicas para o desenvolvimento do país e políticas subordinadas aos grandes interesses económicos e à especulação financeira, que visam agravar sempre mais e mais os sacrifícios exigidos aos trabalhadores no activo ou na reforma e aos desempregados.

Não aceitamos que se pretenda subverter a Constituição da República Portuguesa com propostas que visam legitimar o despedimento individual sem justã causa ou se faça da desregulação laboral uma pseudo arma de criação de emprego, que não deu resultados positivos em nenhum país europeu e muito menos deu ou dará em Portugal.

Rejeitamos completamente o discurso patronal que exige mais sacrifícios a quem trabalha, para aumentar os lucros aos detentores do capital, sem preocupação com o investimento criador de empregos e a modernização das empresas.

Exigimos que sejam tomadas medidas eficazes de ataque aos privilégios, aos capitais financeiros especulativos, à fraude e evasão fiscal e aos paraísos fiscais, assim como a eliminação dos benefícios fiscais de que gozam as grandes empresas e particularmente os bancos.

A CGTP-IN e a UGT decidem:

- Exigir mudanças profundas no Orçamento de Estado para 2012, que tenham como objectivo o combate ao empobrecimento generalizado da população, o crescimento económico, e a criação de mais e melhor emprego;
- Combater a desregulação laboral que vem sendo apontada, particularmente a nível dos despedimentos, das indemnizações, das reduções no subsídio de desemprego e nas horas extraordinárias e da fragilização da contratação colectiva, enquanto instrumento de progresso e desenvolvimento;
- Exigir o respeito pelos direitos dos trabalhadores da Administração Pública e do sector empresarial, público e privado;
- Combater os cortes nos subsídios de Natal e de Férias;
- Defender o Estado Social, em especial nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Social e os Serviços Públicos;
- Rejeitar tentativas de imposição do aumento do horário de trabalho, com aumento do horário máximo de trabalho semanal;
- Combater o aumento das desigualdades sociais, do desemprego e da pobreza e exclusão social;
- Combater o aumento da precariedade laboral que afecta os trabalhadores em geral e os jovens em particular;
- Exigir políticas de crescimento e emprego, que impeça cairmos num ciclo vicioso de cada vez maior recessão, exigindo sempre mais e mais sacrifícios;
- Exigir políticas que dêem esperança no futuro às jovens gerações;
- Exigir uma aposta no sector produtivo nacional, nos sectores primário, secundário e terciário, na venda dos seus produtos e serviços nos mercados interno e externo, apostando na qualidade, na inovação, na qualificação e na concorrência leal;
- Exigir uma política de rendimentos que seja um instrumento de justiça e solidariedade, com o aumento dos salários e das pensões, assim como do Salário Mínimo Nacional.

A UGT e a CGTP-IN reafirmam a sua disponibilidade para o diálogo social e a negociação colectiva, na procura de compromissos mobilizadores para a promoção de melhores condições de vida e de trabalho, de melhoria do sector produtivo, nomeadamente, com uma política industrial, agro-alimentar e energética, capaz de gerar riqueza e de promover a sua justa distribuição, aumentar as exportações, reduzir a dependência em importações e de procurar garantir o auto-abastecimento nacional.

Pelas razões e objectivos expostos a CGTP-IN e a UGT decidem convocar uma GREVE GERAL, para o próximo dia 24 de Novembro de 2011 apelando a todos os trabalhadores, permanentes ou precários, do sector público ou privado, sindicalizados e não sindicalizados, e a todos os sindicatos para que se juntem pela mudança de políticas, pelo trabalho digno, contra o desemprego e a precariedade, pelo aumento dos salários e das pensões, num Portugal de progresso económico e social e de justiça e de solidariedade.

A adesão à greve por parte dos trabalhadores que laborem em regime de turnos far-se-á do seguinte modo: os trabalhadores, cujo horário de trabalho se inicie antes das 00h00 ou termine depois das 24h00 do dia 24 de Novembro, se a maior parte do seu período de trabalho coincidir com o período de tempo coberto por este pré-aviso, o mesmo começará a produzir efeitos a partir da hora em que deveriam entrar ao serviço, ou prolongará os seus efeitos até à hora em que deveriam terminar o trabalho, consoante os casos.

Nos termos da lei, as associações sindicais e os trabalhadores assegurarão a prestação dos serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações e dos serviços mínimos indispensáveis para acorrer à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, nas empresas, estabelecimentos ou serviços que se destinem à satisfação dessas necessidades, nos termos dos acórdãos, acordos ou despachos que regulem esta matéria.

A representação dos trabalhadores em greve é delegada, aos diversos níveis, nas associações sindicais, nas comissões sindicais e intersindicais, nos delegados sindicais e nos piquetes de greve.

Lisboa, 9 de Novembro de 2011

Pela CGTP-IN

Manuel Carvalho da Silva
Secretário-Geral

Pela UGT

João Proença
Secretário-Geral